

DA ESCRIVIVÊNCIA À VIVÊNCIA¹
FROM WRITING ABOUT EXPERIENCE TO EXPERIENCE

Julia Aparecida Souza de Oliveira²
Prof. Dra. Carolina Bezerra Machado³

RESUMO

Este artigo, fundamentado na *escrevivência* proposta por Conceição Evaristo, utiliza a narrativa autobiográfica como metodologia para pensar práticas educativas antirracistas na Educação Infantil. A partir da memória da autora, mulher negra, professora e pesquisadora. Reconstroem-se experiências de infância, escolarização, racismo, afeto e resistência, dialogando com autoras como: Cavalleiro, Gomes e Gonzalez. A escrita de si é assumida como gesto político e epistemológico que denuncia violências simbólicas, revela o impacto do racismo na subjetividade negra e propõe caminhos pedagógicos para o reconhecimento da criança negra como sujeito de direitos e identidade. Conclui-se que a *escrevivência* constitui um meio potente de formação docente e de construção de práticas antirracistas no cotidiano escolar.

Palavras-chave: *Escrevivência. Educação Infantil. Racismo. Identidade negra. Antirracismo.*

ABSTRACT

This article, grounded in the concept of *escrevivência* proposed by Conceição Evaristo, uses autobiographical narrative as a methodology to reflect on antiracist educational practices in Early Childhood Education. Based on the author's memory as a Black woman, teacher, and researcher, experiences of childhood, schooling, racism, affection, and resistance are reconstructed, engaging in dialogue with authors such as Cavalleiro, Gomes, and Gonzalez. Writing about oneself is assumed as a political and epistemological gesture that denounces symbolic violence, reveals the impact of racism on Black subjectivity, and proposes pedagogical paths for recognizing the Black child as a subject of rights and identity. It is

¹ Este artigo constitui o preâmbulo do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) *Da escrevivência à vivência: caminhos para práticas educativas antirracistas no CEI Marília de Dirceu (2024/2025)*, apresentado ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da Universidade Federal do ABC (UFABC), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Carolina Bezerra Machado.

² Professora da Rede Municipal de São Paulo, especialista em Educação Infantil, Direitos Humanos, Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, e mestranda em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC.

³ Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em História Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e Doutora em História Social pelo Programa de Pós graduação da Universidade Federal Fluminense com a pesquisa sobre as relações de poder em Angola no pós-independência a partir dos romances do intelectual Pepetela.

concluded that *escrevivência* constitutes a powerful means for teacher education and for the construction of antiracist practices in everyday school life.

Keywords: Escrivivência. Early Childhood Education. Racism. Black identity. Antiracism.

1. INTRODUÇÃO

1 Este artigo nasce do encontro entre a *escrevivência*, tal como formulada por Conceição Evaristo, e a minha própria trajetória como mulher preta que se constitui professora na e pela Educação Infantil. Ao compreender minha história como fonte legítima de conhecimento, assumo a escrita autobiográfica como um caminho metodológico e político para pensar a educação antirracista. A *escrevivência*, segundo Evaristo (2021), rompe com a divisão colonial entre quem pode produzir conhecimento e quem apenas vivencia a realidade. Para a autora:

Nossa *escrevivência* traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana. (Evaristo, 2021, p. 31)

Assim, escrever sobre mim é assumir que minha vida marcada por racismo, resistência, dor e afeto também é teoria. É memória coletiva. É gesto político. É pedagogia. Inspirada pela *escrevivência* de Conceição Evaristo, inicio este trabalho trazendo minha própria trajetória como forma de afirmar minha existência, minha ancestralidade e minha identidade, reconhecendo que minha história pessoal é também uma forma legítima de conhecimento que rompe com os padrões acadêmicos tradicionais, mas expressa verdades vividas e sentidas. Como aponta a autora Conceição Evaristo, ao ser citada por Oliveira, Pedroza e Pulino:

Ainda que a história pessoal não seja vista como acadêmica, entendemos que a forma como falamos de nós mesmos constitui como nos vemos e, portanto, diz de nossa subjetividade, que só se constrói

com a vivência (Evaristo, 2020, *apud* Oliveira; Pedroza; Pulino, 2021, p. 07).

Dessa forma, ao assumir a escrevivência como fundamento deste trabalho, reconheço minha trajetória como fonte legítima de produção de conhecimento, reafirmando que narrar a própria experiência é também um ato político e epistemológico que tensiona silenciamentos históricos e amplia as possibilidades de construção do saber.

2. ESCRIVIVÊNCIA E MEMÓRIA: NARRANDO A INFÂNCIA

Nasci, no início da madrugada do dia 01 de agosto de 1960, em meio ao calor e à agitação de um bairro da periferia de São Paulo. Fui a terceira de quatro filhos em uma família modesta, que transbordava amor e união. Meus pais se amavam muito, viveram juntos por mais de 50 anos. Na minha infância todinha, nunca ouvi meu pai dizer uma única palavra sequer para ofender minha mãe. Aliás, era Deus no céu e minha mãe na terra.

Todos os dias no final da tarde, eu corria para o portão e ficava olhando o final da rua, bastava avistar meu pai dobrando a esquina, com seu paletó surrado pelo dia inteirinho de trabalho, que meu coração se enchia de alegria. Eu corria ao seu encontro, descalça, com o cabelo solto ao vento, ansiosa para saber o que ele havia trazido no bolso. Mas antes de dar a tão esperada surpresa vinha a pergunta: — *quem fez estripulia hoje?* Nunca mais ouvi ninguém dizer essa palavra. Com ou sem estripulia, sempre tinha uma surpresa, uma bala às vezes um docinho embrulhado num papel colorido pra mim era como se ele trouxesse um tesouro. Mais do que o doce, era a presença, o carinho, o cuidado em lembrar-se dos filhos depois de um dia inteiro de luta.

E tinha uma coisa que ele nunca esquecia: o nosso aniversário. Nem o meu, nem o dos meus irmãos. Não era dia de festa, não tinha bexiga, nem convidados. Mas depois do jantar... Lá estava ele com um bolinho simples de mercado, daqueles embaladinhos em pacotinho plástico, com uma velinha espetada no meio.

Cantávamos parabéns só nós, em casa, e mesmo sem luxo nenhum, era como se o mundo parasse para celebrar a nossa existência. Na minha cabeça de criança, eu sonhava com uma festa de verdade, com bolo confeitado, recheio, cobertura colorida, parabéns cheio de gente. E quando via aquele bolinho embalado, sempre igual, dava um apertinho de frustração

e ficava com a cara emburrada. Meu pai olhava e não dizia nada. Em um desses aniversários, meu pai me olhou nos olhos e disse: “*Vai chegar o dia em que você vai se lembrar desse bolo com saudade... e vai desejar muito ter ele de novo*”.

Naquele momento, eu não entendi. Mas hoje... hoje eu entendo. Sinto falta daquele bolo sim. Sinto falta da simplicidade, da intenção, do amor por trás daquele gesto tão pequeno e tão imenso. Sinto falta da nossa mesa modesta, das risadas dos meus irmãos, da velinha torta, do olhar cansado e ao mesmo tempo cheio de ternura do meu pai. Aquele bolo virou símbolo de um tempo que não volta mais e que agora mora pra sempre no meu coração.

Minha infância foi marcada por risos e lágrimas. Pense em uma criança arteira, que vivia aprontando, pegando frutas nos quintais da vizinhança, andando de carrinhos de rolimã e, é claro, empinando pipas. Todos diziam, “essa menina parece um moleque”. Brincávamos nas ruas de terra batida, inventando os próprios jogos e compartilhando sonhos. Às vezes, ficava durante muito tempo deitada no chão, olhando as nuvens se moverem, tentando adivinhar o que elas formariam, como se cada desenho no céu contasse uma história secreta. E, no minuto seguinte, lá estava eu correndo pela rua, brincando de pega-pega. Ouvia alguns colegas se referindo a mim como “neguinha das canelas rachadas”, e junto com as falas, cantavam aquela música *Nega do cabelo duro...* Eu não entendia que sofria racismo, só sabia que aquilo doía de um jeito estranho, que me fazia querer desaparecer ou, muitas vezes, partir para cima. Aí era aquela confusão: gritaria, puxão de cabelo, choro e, no final, eu sempre levava a culpa por ser “briguenta”. Meus pais não sabiam como me orientar, eles também carregavam suas próprias dores, também sofriam racismo nas ruas, nos ônibus, nos trabalhos. Às vezes eu ouvia as histórias escondida atrás da porta, minha mãe dizendo que o patrão a chamava de “crioula lerda”, meu pai falando, com os olhos baixos, que “tinha gente que atravessava a rua quando ele vinha”.

O racismo era como um fantasma que rondava nossa casa: invisível, mas sempre presente, fazendo-nos sentir pequenos, mesmo sem sabermos exatamente seu nome. Hoje eu entendo. Entendo que minha raiva era resistência. Que minhas lágrimas não eram fraqueza, eram gritos que não sabiam ainda como virar palavras. Os apelidos, as músicas pejorativas, as exclusões e as violências simbólicas marcaram meu corpo de menina negra. Somente ao crescer compreendi — como aponta Cavalleiro (2003), que aquilo não era “brincadeira de criança”, mas parte de um racismo estrutural:

O racismo na educação infantil manifesta-se tanto pela omissão dos adultos diante das agressões entre as crianças quanto pela ausência de representações positivas da população negra nas práticas escolares. Esse silêncio institucional ensina a desvalorização das crianças negras. (Cavalleiro, 2003)

Assim, antes mesmo de compreender a palavra “racismo”, eu já sentia seus efeitos: dor, vergonha, isolamento, raiva.

Como afrodescendente, fui uma pessoa que passou por inúmeras situações de racismo na infância, ao ponto de acreditar que se ficasse de molho em um barril com cloro/alvejante, iria ficar branca e assim resolveria todos os problemas que eu achava que só existiam por causa da cor da minha pele. Um pensamento doloroso, fruto de uma sociedade que muitas vezes nos ensina a rejeitar quem somos. Apesar das dificuldades financeiras, nunca nos faltou comida na mesa nem amor. Lembro-me dos sábados nos quais meu pai fazia um bife grosso e cortava em tirinhas, minha mãe fazia a couve refogada e uns torresmos. Nossa, chego a sentir o cheiro... Era simples, mas tinha um sabor que nenhuma fartura do mundo consegue imitar. A cozinha ficava quente, cheia de vida, e o barulho do torresmo estalando na panela se misturava com as risadas e conversas. Aqueles momentos me ensinaram que riqueza de verdade não se mede pelo que se tem, mas pelo que se vive junto de quem se ama.

Imagem 1 - Julia Aparecida de Oliveira



Fonte: Acervo Africanidades

Meus pais, trabalhadores incansáveis, sempre valorizaram a educação como um caminho possível para transformar nossa realidade. Apesar da rotina exaustiva e do pouco tempo que tinham conosco, faziam questão de repetir que estudar era essencial para “ser alguém na vida”. Sacrificaram seus próprios sonhos para nos oferecer as melhores oportunidades que podiam. Lembro-me com carinho das noites em que minha mãe, mesmo exausta depois de um longo dia de trabalho, sentava-se à beira da cama e nos contava histórias antes de dormir. E como contava! Sua voz era abrigo. Cada palavra virava imagem na minha cabeça: castelos, florestas, meninas que voavam, estrelas que conversavam. Mesmo sem livros ou brinquedos caros, ela preenchia minha imaginação com cores e aventuras. Era seu jeito de me mostrar que, apesar da dureza do mundo, eu podia fechar os olhos e ser livre.

3. A ESCOLA COMO LUGAR DE DOR E DE CURA

Quando completei sete anos, cheguei à escola com um sorriso radiante. Mas já no início das aulas percebi que as coisas não seriam fáceis. Meus novos colegas me tratavam de forma diferente e não demorou muito para que os comentários maldosos começassem.

Eu era a única criança negra na turma, ficava isolada, os outros alunos frequentemente me excluía das brincadeiras. Nunca fui a noivinha nas festas juninas, nunca fui a primeira da fila, faziam piadas cruéis sobre meu cabelo e cor da minha pele e, às vezes, me chamavam por apelidos ofensivos. Tudo isso foi me moldando de um jeito silencioso, criando feridas que demoraram anos para cicatrizar.

Eu cresci achando que precisava mudar para ser aceita, tentando caber em padrões que nunca foram feitos para mim. Sofri durante três longos anos. Sem um olhar atento das professoras, descobri na rua, lendo uma propaganda, que sabia ler e, sozinha, dei pulos de alegria, saí lendo tudo o que era palavra. Foi como se o mundo tivesse se aberto diante dos meus olhos. As placas, os cartazes, os nomes das lojas, tudo passou a fazer sentido.

Mesmo assim, fui reprovada no segundo ano porque minha letra era feia demais para avançar para o terceiro ano. Aquilo doeu mais do que eu podia explicar. Era como se, mais uma vez, meu esforço e minha conquista tivessem sido apagados por um detalhe que não dizia

nada sobre minha capacidade. Eu só queria ser vista, reconhecida, valorizada. Novamente no segundo ano... que tristeza. Meu pai, vendo minha frustração, comprou um caderno de caligrafia. Todos os dias, depois do jantar, eu me sentava à mesa e escrevia páginas e mais páginas. Era cansativo, às vezes doía o pulso, mas eu queria tanto provar que era capaz! Minha letra foi melhorando, ficando mais redonda, mais legível, até que finalmente fui para o terceiro ano.

Tem um detalhe na minha história com a caligrafia, eu sou canhota. Meus pais nunca me obrigaram a escrever com a mão direita, mas isso irritava profundamente as professoras, elas queriam que eu escrevesse com a mão direita de qualquer jeito, como se usar a esquerda fosse um erro a ser corrigido à força. Com frequência, batiam com uma régua de madeira na minha mão esquerda quando me viam escrevendo com ela. Ai, Deus, como doía! Era uma dor física, sim, mas doía ainda mais o sentimento de não poder ser quem eu era nem no jeito de segurar um lápis. Eu não podia contar em casa, porque vivia me metendo em brigas, quando não era na escola, era na rua, e meus pais já estavam cansados de ouvir reclamações, achavam que eu exagerava ou inventava. Então, engolia o choro, escondia os machucados e seguia tentando melhorar minha letra, não só para passar de ano, mas para ser vista, respeitada, aceita.

Aprendi ali, ainda tão pequena, que nem sempre a escola entende o que é educação de verdade. E comecei a construir a força que carrego hoje, a força de quem aprende mesmo quando o mundo insiste em dizer que você não é capaz. “A escola pode ser tanto um espaço de fortalecimento identitário quanto de negação, quando não reconhece as singularidades e ancestralidades das crianças negras”, (Trindade, 2019, p. 102-118).

No terceiro ano do que hoje chamamos de ensino fundamental, uma nova professora chegou à escola. Lembro como se fosse hoje, professora Cecília. Ela foi tão importante na minha vida, que hoje, mesmo passados mais de 55 anos, ainda lembro do seu nome. Era jovem, gentil, carinhosa, tinha uma voz suave, um sorriso acolhedor e um jeito de olhar que fazia a gente se sentir importante. O tipo de pessoa que iluminava a sala só de entrar. Diferente de todas as outras, ela me olhou de verdade. Desde o primeiro dia, percebeu algo em mim. Talvez tenha sido o jeito como eu me encolhia na carteira ou o meu olhar sempre desconfiado. Mas em vez de me ignorar, como tantas fizeram antes, ela se aproximou, me chamou pelo nome com um carinho que quase desmonteí, me deu o apagador e pediu para

apagar a lousa. Acreditem: demorei muito apagando, pois me senti o máximo. Naquela época, apagar a lousa era uma tarefa destinada apenas aos queridinhos.

Durante uma das aulas de português, a professora pediu aos alunos que escrevessem uma redação sobre as mães. Escrevi todo o amor que sentia por minha mãe e o valor que ela tinha, contei sobre o cheiro do feijão que ela fazia. No fim da folha, fiz um desenho que tinha um jardim cheio de flores coloridas. Esse dia foi tão importante para minha vida, que ainda hoje, fecho os olhos e vejo toda a cena como um filme.

Quando a professora Cecília leu a redação e viu o desenho, começou a chorar. Não entendi por que, na hora fiquei com medo de levar uma bronca. Ela levantou da cadeira e elogiou minha redação na frente de toda a turma, destacou a beleza e a criatividade da redação. E me incentivou a ler em voz alta, sem medo. Foi a primeira vez que me aplaudiram por saber ler, a primeira vez que me colocaram na frente da sala para mostrar algo bom e não para me corrigir ou castigar. Minha redação ficou no mural da escola por vários dias.

O reconhecimento da criança negra dentro do ambiente escolar está diretamente ligado à valorização de sua história e identidade por educadores que compreendem os caminhos para uma educação mais justa. (Oliva, 2011). Um dia, depois da aula, a professora me chamou para uma conversa e perguntou como eu estava me sentindo na escola. Com os olhos cheios de lágrimas, contei tudo: as piadas, os apelidos, a exclusão. A professora escutou com atenção, sem interromper, e quando terminei, não lembro exatamente suas palavras, mas era algo mais ou menos assim: “Julia, você é uma menina muito especial e ninguém tem o direito de te fazer sentir-se inferior. Todos nós somos diferentes e isso é o que nos torna únicos e maravilhosos”.

A professora Cecília me devolveu algo que eu nem sabia que tinha perdido: a vontade de aprender, de participar, de acreditar em mim. Ela me mostrou que ser canhota não era defeito, que minha letra podia ter personalidade e que minha voz merecia ser ouvida. Acredito que aquela professora nunca soube o quanto o afeto ofertado a mim foi importante para a pessoa que sou hoje. Assim como argumenta Trindade:

A capacidade de afetar e ser afetado pelo outro, pelo entorno, é fundamental para um processo educativo que se propõe voltado para a compreensão e respeito às diferenças que nos constitui como sujeitos do cotidiano. O afetar e ser afetado, que ocorre em todo momento no mundo, num mundo que não é estático, imóvel, parado, imutável, não pode ser visto como irrelevante (Trindade, 2008, p. 09).

Nesse sentido, a experiência vivida evidencia que o afeto, a escuta e o reconhecimento não são elementos secundários no processo educativo, mas constitutivos de uma prática pedagógica comprometida com a dignidade humana e com a valorização das diferenças. Ao ser acolhida, reconhecida e incentivada, a criança passa a se perceber como sujeito de valor, capaz de aprender, participar e existir plenamente na escola. A atuação da professora Cecília, portanto, não apenas marcou uma trajetória individual, mas revela a potência de uma educação que se constrói nas relações, no cuidado e na intencionalidade pedagógica, reafirmando que educar, sobretudo em uma perspectiva antirracista, é também um ato de escuta, de afeto e de transformação.

4. VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS, CORPO NEGRO E EDUCAÇÃO ESTÉTICA

A adolescência chegou trazendo novos desafios, dúvidas, descobertas e, com ela, também vieram o racismo e o preconceito, agora mais nítidos e dolorosos. Foi nesse período que vivi meus primeiros amores, quase sempre solitários, pois eram sentimentos que floresciam apenas em mim. Amores únicos, em que eu amava por dois, enquanto eles, na maioria das vezes, me desprezavam.

Imagem 2 - Aula Curso Africanidades na Universidade Federal do ABC



Fonte: Acervo Africanidades

Um episódio em especial me marcou profundamente: reuni coragem para me declarar a um menino que não tinha a pele retinta como a minha, por quem estava encantada, e ele me respondeu com crueldade: “Cresça e apareça, neguinha”. Naquele momento, aprendi que a rejeição nem sempre era apenas sobre mim, mas também sobre o que eu representava. Meu corpo negro, minha pele, meu cabelo, tudo aquilo que deveria ser celebrado era visto como inferior. Rendi-me diversas vezes à pressão estética imposta pela sociedade, alisei meu cabelo com pastas químicas que queimavam o couro cabeludo. Aquilo ardia, doía, mas ainda assim eu insistia. Em outras ocasiões, usava uma chapinha de metal, aquecida diretamente na boca do fogão. Era um processo doloroso, físico e emocional. Naquele tempo, eu não compreendia totalmente que esse sofrimento era parte de uma violência simbólica, imposta a tantas meninas negras desde cedo. Como afirma Gomes:

A imposição de padrões de beleza eurocêntricos às mulheres negras transforma o cabelo crespo em algo a ser corrigido, escondido, alisado, domado. Alisar o cabelo, portanto, não é uma simples escolha

estética, mas, muitas vezes, um ato violento de negação da identidade. Essa violência simbólica é internalizada desde a infância, fazendo com que meninas negras cresçam acreditando que seus cabelos naturais são feios ou errados (Gomes, 2017, p. 42).

Hoje entendo que cada alisamento era também um silenciamento, um modo de me encaixar num padrão que não me reconhecia. Essa dor moldou a força que tenho hoje. Lembro-me de outro episódio marcante, também na adolescência, quando namorava um garoto de pele branca e ouvi, certa vez, colegas dele comentando perto de mim: "E aí, amigo, você gosta de preto, é?" e ele respondeu: "De preto não, mas uma neguinha eu não dispenso". Me senti profundamente usada. Mesmo sem saber exatamente como reagir, algo em mim se partiu. Não terminei o namoro formalmente, apenas me afastei, mas acredito que aquele relacionamento acabou ali, junto com uma parte da minha inocência.

5. MATERNIDADE, NEGRITUDE E FORMAÇÃO DOCENTE: CAMINHOS DE RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO

Casei-me, tive três filhas e, muito cedo, descobri o que era ser mãe solo. O que vivi nesse período foi tão intenso e doloroso, que até hoje me faltam forças para transformar esse sofrimento em palavras escritas. Só aos 48 anos encontrei meu atual marido, foi com ele que, pela primeira vez, descobri o que é ser amada de verdade, com respeito, afeto e presença. Trabalhei muito, enfrentei a vida com coragem e só aos 40 anos voltei a estudar. Retomar os livros depois de tanto tempo foi um ato de resistência, enfrentei o cansaço, o medo e a culpa, mas também encontrei, nesse retorno, um caminho de reencontro comigo mesma, com meus sonhos e com a possibilidade de construir um futuro diferente para mim e para minhas filhas.

Com o apoio dos meus pais e de alguns mentores inspiradores, destaco aqui um amigo em especial, Arnaldo Silva, mergulhei nos estudos, busquei oportunidades de crescimento e conquistei uma vaga na universidade. Foi como se uma porta se abrisse para um mundo de possibilidades infinitas. Cada aula, cada desafio eram um passo em direção ao meu objetivo: mudar minha própria história e, quem sabe, inspirar outros a fazerem o mesmo. Mesmo com todo o carinho que recebi da professora Cecília, me reconheci como pessoa negra apenas na fase adulta, com idade aproximada dos vinte e cinco anos, quando tive a oportunidade de trabalhar como Auxiliar de Desenvolvimento Infantil em Centro de Educação

Infantil (CEI). Naquele espaço, pude compreender, junto a crianças negras, a importância de viver um dia de cada vez.

Imagem 3 - alegria na aula do curso Africanidades na Universidade Federal do ABC



Fonte: Acervo Africanidades

Nasce, neste momento, a necessidade de ser mais do que professora: eu precisava ser espelho, referência, semente. Precisava criar um espaço onde aquelas crianças pudessem reconhecer-se, orgulhar-se, entender-se como parte de algo maior. Assim como argumenta Azoilda Trindade (2005, p. 23), é fundamental “olhar a criança negra como sujeito de direitos, reconhecendo sua história e sua cultura”.

Era, acima de tudo, sobre devolver às nossas crianças o que um dia nos foi negado: o direito de amar-se e de aceitar-se. Sobre a potência da escrevivência como afirmação identitária, Evaristo declara:

Nossa escrevivência traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na

qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana. (EVARISTO, 2020, p. 31).

Não se tratava apenas de ensinar a andar e falar, mas de possibilitar que essas crianças aprendessem a existir com dignidade, a reconhecerem-se como sujeitos de valor e a ocuparem, com orgulho, os espaços que historicamente lhes foram negados. Nesse horizonte, educar assume um sentido ampliado: é afirmar identidades, fortalecer pertencimentos e romper com silenciamentos. É, sobretudo, um compromisso com a construção de uma infância negra que se reconhece, se valoriza e se projeta no mundo com autoestima, consciência e direito de ser.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, escrever e educar a partir da escrevivência configura-se como um ato de resistência, de cura e de pertencimento, ao garantir que as crianças cresçam reconhecendo sua história, honrando sua ancestralidade e compreendendo-se como parte legítima do mundo que habitam. Ao assumir a escrevivência como fundamento pedagógico, rompe-se com o silenciamento histórico que apagou memórias, vozes e trajetórias negras, ressignificando o espaço educativo como território de escuta, acolhimento e valorização das identidades.

Nesse sentido, a educação antirracista ultrapassa a dimensão técnica do ensinar e se afirma como um compromisso ético com a vida. Trata-se de uma educação que celebra as raízes, afirma as existências negras e contribui para a construção de caminhos mais justos para as próximas gerações. Ao escrever minha própria história, não o faço apenas como exercício de memória, mas como afirmação política e amorosa de presença: estar aqui, viva e consciente, é reivindicar o direito de existir com dignidade, de produzir conhecimento a partir da experiência e de inscrever as trajetórias negras como parte constitutiva da história e da educação.

É, sobretudo, um compromisso com a vida, com a construção de uma educação que celebre nossas raízes, afirme nossas existências e prepare caminhos mais justos para as próximas gerações. Escrevo minha história não apenas para lembrar quem sou, mas para afirmar que estar aqui, viva e consciente, é também um ato político e de amor.

REFERÊNCIAS

CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

EVARISTO, Conceição. *Escrevivências*. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2021.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores: reflexões sobre a formação de educadores antirracistas. *Revista Brasileira de Educação*, n. 29, 2005.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

OLIVA, Anderson Ribeiro. Educação das relações étnico-raciais: desafios e perspectivas. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC/UNESCO, 2011.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. *O que você tem a ver com a criança negra?* Rio de Janeiro: DP&A, 2005.